

## 2

# Assistência à infância e as matrizes históricas da institucionalização

### 2.1. Os sentidos da institucionalização

Este estudo está voltado ao tema da institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência. Apesar do seu caráter específico, este recorte traz a possibilidade de articulação com outros temas, sobretudo quando aborda o assunto da institucionalização da infância<sup>4</sup>. Partido-se do pressuposto que a institucionalização refere-se ao ato ou efeito de (re)produzir modelos institucionais, e do caráter polissêmico da definição de instituição<sup>5</sup>, este trabalho irá se ocupar de dois vieses específicos para apreensão das dimensões da idéia de institucionalização. Em primeiro lugar, há um viés temático, de investigar o fenômeno da institucionalização levando em consideração os temas da infância e da deficiência. O segundo, epistemológico, circunscreve a idéia de institucionalização a partir de duas perspectivas.

A primeira perspectiva refere-se à concepção da institucionalização enquanto processo constitutivo de ideologias e práticas, que se organizam em circunstâncias históricas específicas. Esta concepção, desenvolvida principalmente por Michel Foucault, parte de uma concepção histórico-genealógica da instituição enquanto dispositivo de materialização e exercício de relações de poder. Este método de análise nega as explicações dos fenômenos sociais a partir de uma origem causal, pretensamente superior às transições e rupturas históricas:

---

<sup>4</sup> É necessário que se faça uma distinção entre as terminologias *institucionalização* e *abrigo*. O termo abrigo será utilizado no sentido jurídico do termo, enquanto uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990 Artigo 101, item VII). A expressão *institucionalização*, e suas derivações, serão utilizadas, de forma valorativa, para designar os sentidos e os efeitos da longa permanência em instituições de caráter totalitário, segundo a características definidas por Goffman(1961).

<sup>5</sup> O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2004) apresenta seis campos temáticos distintos para a definição de *instituição*.

“A genealogia não se opõe à história com a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da ‘origem’”( Foucault, 1986, p. 16)

A perspectiva genealógica proposta por Foucault (1986) aponta uma oposição à idéia de uma origem única, a essência pura da identidade do fenômeno que segue o seu rumo “natural”, imune às rupturas da história. Ou seja, a genealogia nega uma causa que sintetiza os “elementos originais” da verdade. Com isso, propõe compreender os fenômenos, não pela síntese dos fatos decisivos, mas pelas minúcias dos relatos, pelos elementos discursivos e não discursivos dos documentos, e sobretudo pelas rupturas das organizações e ideologias sociais, estas sempre a serviço dos jogos circunstanciais de força e influência, na complexa conjunção de poder e saber. Lília Lobo<sup>6</sup>, ao analisar o processo histórico da instituição das deficiências no Brasil, identifica, a partir do viés genealógico, o processo de produção e reprodução de forças que operam o fenômeno da institucionalização:

“..o processo de institucionalização sustenta-se nas práticas mais ou menos discursivas das separações, não apenas a exclusão do leproso ou o enclausuramento do louco, por exemplo, mas também a validação que os saberes promovem através das classificações, das especializações e suas verdades estabelecidas” (Lobo, 1997, p.470).

Segundo Lobo (1997), é a partir de uma perspectiva crítica à produção das *verdades estabelecidas* que o método genealógico se debruça sobre a análise dos modelos de institucionalização, levando em consideração a articulação possível dos efeitos de *separação*, e dos processos de produção e legitimação de saberes, com a atmosfera sócio-política de cada período histórico.

A segunda perspectiva de apreensão das dimensões do fenômeno da institucionalização refere-se ao estabelecimento institucional em si, enquanto *lôcus* que materializa suas características e opera suas estratégias. Erving Goffman, no seu

---

<sup>6</sup> LOBO, Lília Ferreira. *Os infames da história: a instituição das deficiências no Brasil*. Tese de Doutorado, 1997- PUC-Rio. Esta tese será citada em diferentes trechos desta dissertação.

livro *Manicômio, Prisões e Conventos* (1961)<sup>7</sup>, define as características do que ele denominou de *instituições totais*:

“Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes, e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de “fechamento”. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas.....A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais.”(Goffman, 1961, p.16)

A análise de Goffman, que privilegia os asilos psiquiátricos, situa-se na descrição das características das *instituições totais*<sup>8</sup>, enfatizando a clara definição dos papéis (de pacientes e técnicos), a lógica ritualizada da rotina institucional e o processo de assimilação de um comportamento estandardizado por parte dos pacientes. Dos pontos explorados pelo autor, destaca-se a idéia de permanência das rotinas, garantida principalmente por dois elementos: pelo caráter de *fechamento* e pelo longo período em que os pacientes são submetidos à lógica totalitária da instituição<sup>9</sup>.

## 2.2. Infância e institucionalização

A compreensão que será atribuída ao processo histórico de institucionalização da infância, nesta dissertação, passa por um discernimento importante: o pressuposto de que as ações de assistência social à infância foram historicamente caracterizadas

---

<sup>7</sup> Título original *Asylums- Essays on the social situation of mental patients and others inmates*.

<sup>8</sup> Castel (1978) optou por traduzir, segundo ele voluntariamente, a expressão original “total institution” de Goffman como *instituições totalitárias*.

<sup>9</sup> No âmbito da saúde mental, o termo institucionalização é utilizado para identificar os fatores inerentes ao processo de longa permanência de pessoas portadores de transtornos mentais em instituições asilares. O tema da institucionalização, bem como suas estratégias de enfrentamento, já foi amplamente discutido por Rotelli et al (1990), Amarante e Bezerra Jr. (1992), Amarante (1995), Vasconcelos (1997) e Saraceno (1999).

pela intenção de controle sobre as classes populares. As transições dos regimes políticos, por sua vez, incentivaram os Estados a investir em estratégias de intervenção sobre os segmentos mais pobres da população, representados a partir de uma dimensão de periculosidade social. A construção de um aparato de instituições criadas para “acolher”, “tratar” e “recuperar” uma infância *desvalida* - no sentido literal e cultural de algo “sem valor”- representou uma dessas estratégias. Neste viés, a história da institucionalização da infância será compreendida a partir de uma lógica marcada pela repressão e pela higiene.

O processo de criação de instituições totais para a assistência à infância tem origem nas práticas caritativas da Igreja Católica, segundo registros, desde os remotos tempos da Idade Média<sup>10</sup>. No entanto, os estudos historiográficos apontam que os modelos de assistência à infância passaram por transições em diferentes períodos históricos. Apesar da falta de clareza acerca da transição desses períodos, serão destacados, para a contextualização das discussões pertinentes a esta dissertação, dois momentos históricos específicos. O primeiro refere-se às mudanças das relações sociais na aurora *renascentista* do século XVII, quando, segundo Ariès (1981), inicia-se, na Europa, um processo de construção de discernimentos acerca das especificidades da infância. O segundo situa-se na transição do *Antigo Regime* para a modernidade quando, após a revolução de 1789 na Europa, identifica-se o surgimento de um conjunto de estratégias sociais direcionadas às famílias, com o objetivo de *conservação das crianças* (Donzelot, 1986).

Em relação ao tema que buscamos investigar, estes dois momentos apontam para uma alteração do estatuto da família e da infância na cena social. Neste sentido, cabe ressaltar os recortes e as limitações dos apontamentos que serão feitos. Preliminarmente, o recorte utilizado nesta contextualização histórica se restringe às discussões objetivas desta dissertação, não tendo a pretensão de empreender uma ampla investigação sobre o estatuto social da infância nas sociedades ocidentais. No que se refere às limitações, os argumentos que serão utilizados têm como foco os períodos históricos mencionados, privilegiando a perspectiva adotada por Jaques

---

<sup>10</sup> Segundo Marcílio (2001), a primeira instituição destinada a acolher e a assistir, exclusivamente, crianças abandonadas foi o *Hospital de Santa Maria in Saxia*, criado em Roma no ano de 1201 por decisão do papa Inocêncio III.

Donzelot e Robert Castel na análise das dinâmicas sociológicas envolvendo a relação entre os poderes centrais e os indivíduos que, segundo estes autores, passam a influenciar a base das sociedades européias na modernidade.

### **2.3. O século XVII e a descoberta da infância**

Como marco temporal para análise das especificidades do campo da infância, utilizaremos a obra de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família* (1981)<sup>11</sup>. O livro de Ariès tornou-se uma referência para a identificação de algumas dimensões relativas às questões da infância e da família no *Antigo Regime*. A obra se insere em uma vertente francesa de estudos historiográficos denominada *História das Mentalidades* que, no final dos anos de 1950, empreendeu pesquisas voltadas às dimensões sociais, culturais e políticas no sentido de investigar mentalidades e percepções acerca de questões sociais específicas<sup>12</sup>.

O livro de Philippe Ariès se inspira em duas teses. A primeira dedica-se à comprovação de que na Idade Média - a qual o autor qualifica de “velha sociedade tradicional” - o estatuto da infância se limitava ao período mais frágil de dependência em relação aos pais. Passado esse período de fragilidade, a criança era logo misturada aos adultos, onde “partilhava de seus trabalhos e jogos”. Ou seja, a diferenciação da condição infantil estava ligada apenas ao período da fragilidade e da incapacidade de autonomia.

A segunda tese baseia-se na investigação de um novo lugar assumido pela criança, a partir da influência renascentista do fim do século XVII. A construção desse novo lugar, que o autor chama de a “descoberta da infância”, caracteriza-se pela inclusão das crianças na cena social, quando começa a se estabelecer a diferenciação do estatuto infantil em relação ao mundo dos adultos.

A perspectiva desenvolvida por Ariès fornece importantes elementos para a compreensão das mudanças acerca dos sentimentos sobre a infância, que por sua vez,

---

<sup>11</sup> A edição brasileira foi traduzida da obra “L’Enfant et la vie familiale sous l’Ancien Regime”, 1960.

<sup>12</sup> Na França, além de Philippe Ariès, temos como expoentes desta vertente George Duby, Robert Mandrou e Jacques Le Goff.

passam a influenciar o desenvolvimento de novas estratégias de cuidado<sup>13</sup>. A obra torna-se relevante uma vez que inclui uma perspectiva epistemológica que será utilizada no decorrer desta dissertação: a idéia de que sentimentos<sup>14</sup> (ou mentalidades) acerca de determinadas questões sociais são construídos historicamente.

Ariès inicia suas análises interpretando a ausência do tema da infância nas sociedades medievais, tomando como referência a escassa representação estética das crianças:

“Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. **É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo**”.(Ariès, 1981, p.50- grifo nosso)

A ausência da representação artística da infância, no entanto, não quer dizer ausência de crianças nas obras medievais. A questão principal refere-se à forma como as crianças eram representadas: a expressão artística, que geralmente reproduzia um tema de cunho evangélico, buscava representar as crianças à semelhança dos adultos, apenas numa escala menor:

“O pintor não hesitava em dar à nudez das crianças, nos raríssimos casos em que era exposta, a musculatura do adulto: assim, no livro de salmos de São Luis de Leyde, datado do fim do século XII ou do início do XIII, Ismael, pouco depois de seu nascimento, tem os músculos abdominais e peitorais de um homem (....). Na Bíblia moralizadora de São Luís, as crianças são representadas com maior frequência, mas nem sempre são caracterizadas por algo além de seu tamanho”(Ariès,1981, p.51).

A iconografia empreendida por Ariès aponta algumas variações no que se refere à representação da infância, sobretudo a partir dos séculos XV e XVI, quando já era possível identificar a criança em algumas cenas sociais: a criança com sua família, a criança com outros adultos em jogos e reuniões, a criança no colo da mãe

<sup>13</sup> Neste sentido, Ariès afirma que a institucionalização do ensino na Europa- locais próprios e organização das classes de aula em faixas etárias- é uma das conseqüências do processo de mudança das percepções e sentimentos da sociedade em relação à temática da infância.

<sup>14</sup> A escolha do termo *sentimento*, foi mantido por uma questão de fidedignidade ao texto. O termo é também utilizado por Sirota (2001) ao se referir à obra de Ariès.

em meio à multidão, a criança acompanhando os adultos em ritos litúrgicos ou em martírios etc. O autor, no entanto, revela que estas representações não traziam a imagem da criança sozinha, mas sempre misturada aos adultos, o que reforça sua tese central: no *Antigo Regime*, a indiferenciação da infância, no que se refere às suas particularidades em relação à vida adulta, retratava-se na reunião permanente de crianças e adultos nos eventos sociais, **evidenciando-se assim a ausência de uma separação entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças.**

Outro elemento importante acerca da representação da infância no mundo medieval é abordado pelo autor: a ausência do registro da fase infantil, seja de crianças falecidas, seja de pessoas que se tornaram adultas. Segundo Ariès, isso pode ser explicado pelo alto índice de mortalidade de crianças, o que simbolizava o comportamento de não se apegar muito “a algo que era considerado uma perda eventual”(Ariès,1981, p.57). Ramos (1999), ao descrever o martírio das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI, ressalta que cerca de metade das crianças portuguesas, entre os séculos XIV e XVIII, morria antes de completar os sete anos de idade<sup>15</sup>.

O século XVII, segundo Ariès, trouxe, no entanto, um novo entendimento acerca da compreensão da morte das crianças. O que até então fora vivenciado de uma forma desapegada passou a contar com uma nova sensibilidade, o que em nada se relaciona com uma redução dos altos índices de mortalidade:

“Assim, embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribui a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes.” (Ariès:1981, p.61)

---

<sup>15</sup> Para ilustrar o sentimento de resignação frente às altas taxas de mortalidade infantil, Ariès recorta um fragmento do texto autobiográfico do pensador humanista Montaigne: “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero”. Com isso, o autor identifica um sentimento de pouca importância em relação à fase infantil, como algo que não fazia sentido fixar na lembrança. *Enssais*, M.E.Montaigne, II.8 apud Ariès (1981), p.57.

Também a partir do século XVII, a interpretação iconográfica de Áries captou uma nova forma de representação da cena familiar:

“Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança que se tornou o centro da composição”(Áries,1981, p.65)

A obra de Ariès apresenta elementos importantes que apontam para uma mudança dos sentimentos acerca da infância a partir da *renascença* do século XVII. Seus argumentos tornaram-se referência para os estudos que envolvem o tema da criança e da família.

O debate em torno do texto foi intenso na época da difusão de suas teses, sobretudo em função da afirmação do autor de que não havia uma separação entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças na sociedade medieval, sendo este um fenômeno eminentemente moderno. Em relação a essa afirmação, algumas ressalvas devem ser feitas. A primeira pauta-se nas possibilidades de generalização das teses de Ariès aos diferentes contextos sócio-históricos, sobretudo no que se refere às organizações familiares dos povos que habitavam as terras do “novo mundo”, à época ainda envolvidas na “invisibilidade” do estatuto colonial. Outro limite importante coloca-se em relação ao método de pesquisa. A análise iconográfica, lastreada pelo estudo das imagens e das expressões artísticas, possui limitações importantes na medida em que capta, prioritariamente, os sentimentos das classes dominantes de uma sociedade, o que na maioria dos casos é insuficiente para retratar o *zeitgeist*, o espírito de uma época. Por fim, a obra de Ariès não discute os vetores sócio-políticos que sustentavam e operavam a lógica social do *Antigo Regime*, e talvez por isso, não apresente, para além de modestas hipóteses, o que produziu, na estrutura da sociedade, uma mudança tão profunda no estatuto da infância na transição para a modernidade<sup>16</sup>. Em relação a este ponto, talvez o título *História Social da Criança e*

---

<sup>16</sup> Áries sugere que as alterações deste período se deram em função de alguns fatores, dentre eles: a institucionalização do ensino, a influência disciplinar da doutrina protestante e o processo de industrialização das relações de trabalho.

da *Família* tenha gerado uma expectativa em relação ao que o autor, de fato, pesquisou: a infância e a vida familiar no *Antigo Regime*.

## 2.4. A formação dos Estados Nacionais e a estratégia higienista

O segundo elemento, que será utilizado para a identificação das mudanças nas dinâmicas sociais que envolviam a temática da família e da infância em relação às práticas do *Antigo Regime*, leva a discussão ao cenário social do início do século XIX. O livro *A polícia das famílias* (1986) de Jaques Donzelot é uma referência para a discussão acerca do papel estratégico da família e da infância no período posterior à queda da Bastilha. Apesar de restrito à realidade francesa do século XIX, a obra de Donzelot inspira o aprofundamento de questões pertinentes ao campo social, sobretudo no que se refere à relação entre os indivíduos, suas famílias e o poder do Estado, na transição do *Antigo Regime* para a modernidade. Segundo o autor, verifica-se que a produção de um conjunto dos novos saberes acerca da família, e por consequência da infância, está intrinsecamente relacionada com um contexto político-institucional específico: o processo de constituição dos Estados Nacionais que se seguiu ao fim dos *períodos revolucionários* (1789-1848)<sup>17</sup>. Esse marco temporal é sinalizado pelo autor ao afirmar que “até a metade do século XVIII, a medicina não tinha interesse nas crianças e nas mulheres.” (Donzelot, 1986, p.24)

Donzelot propôs uma análise das questões sociais, tendo com foco as estratégias da relação do Estado com as famílias, na passagem dos séculos XVIII - XIX. Com isso, o autor se debruça sobre as tramas sócio-políticas envolvidas em temas complexos como: o nascimento da filantropia, o movimento médico-higienista, a construção do ideário da família liberal moderna, entre outros. A quebra da soberania monárquica e a ascensão dos Estados Nacionais implicam em uma série de consequências para as macro-estruturas políticas e também para a reorganização das dinâmicas familiares. Em relação ao *Antigo Regime*, Donzelot defende a tese de que a soberania monárquica mantinha um paralelo no ambiente doméstico através da autoridade patriarcal, fazendo com que a inclusão na estrutura familiar representasse

---

<sup>17</sup> Tomamos como referência os marcos temporais de Hobsbawn (2007).

a única forma aceita de inserção social. Com isso, havia o compromisso tácito que obrigava a autoridade patriarcal a manter seus membros sobre controle e, em contrapartida, possuía sobre eles um poder quase *discricionário*<sup>18</sup>:

“Trata-se sempre do mesmo mecanismo: a fim de assegurar a ordem pública, o Estado se apóia diretamente na família jogando indissociavelmente com seu medo do descrédito público e com suas ambições privadas. Isto tudo se passa segundo um esquema de colaboração muito simples, o Estado diz às famílias: mantém vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que, podereis fazer deles o uso que vos convier e, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chamá-los à ordem.” (Donzelot, 1986, p.51)

No entanto, a transição do *Antigo Regime* para o primeiro tempo da modernidade traz uma ameaça ao poder patriarcal uma vez que anuncia a legitimação dos direitos individuais. Essa ruptura produz, no âmbito social, importantes efeitos. Norberto Bobbio ilustra o que representou esta passagem:

“A inversão, característica do Estado moderno, ocorrida na relação entre Estado e cidadãos: passou-se da prioridade dos deveres dos súditos à prioridade dos direitos do cidadão, emergindo um modo diferente de encarar a relação política, não mais predominantemente do ângulo do soberano, e sim daquele do cidadão, em correspondência com a afirmação da teoria individualista da sociedade em contraposição à concepção organicista tradicional” (Bobbio, 1990, p.3)

Essa *concepção organicista tradicional*, que tinha a família patriarcal como principal pilar de sustentação, começa a mostrar sinais de desgaste. Na medida em que o poder patriarcal não mais consegue cumprir o seu mandato de controle, o Estado passa a se valer de outras estratégias de controle dos indivíduos.

A relevância desta transição situa-se, portanto, na construção de novas formas de mediação entre o poder governamental e as estruturas familiares, agora não mais mediadas pela vontade soberana do rei através de suas *lettres de cachet*<sup>19</sup>. Deste

<sup>18</sup> Expressão utilizada por Donzelot (1986, p.52). Castel (1978) denominou este poder de *justiça das famílias*.

<sup>19</sup> A *lettre de cachet* foi um instrumento para-judiciário muito utilizado na França pela monarquia absoluta para fins de punição. Consistia numa ordem do rei para mandar prender, por tempo indeterminado, e até que se corrigissem, pessoas que não se adequavam à moral da época, acusadas de

modo, assim como na esfera macro-política, as ações dos Estados passam a produzir importantes conseqüências para a ordenação da sociedade, influenciando a dinâmica e a organização dos grupos familiares, a partir das “racionalidades” deste novo contexto social marcado pelo *advento do legalismo* (Castel,1978).

Foucault (1986), ao falar sobre o nascimento da medicina social, situa a força dessas novas racionalidades ao explicar a noção de *Staatswissenschaft* como a ciência do Estado, ou seja, o “..Estado como objeto de conhecimento e como instrumento e lugar de formação de conhecimentos específicos”<sup>20</sup>. Neste sentido, as estruturas familiares, e por conseqüência, o estatuto social da infância passam a ser influenciados pela epistemologia do Estado.

As ações do Estado francês, segundo a versão de Donzelot, tinham como objetivo a legitimidade institucional do Estado liberal, buscando apoiar-se nos princípios progressistas da *revolução* sem, no entanto, abrir mão do controle social sobre os indivíduos, medida outrora efetivada de forma arbitrária pelo *Antigo Regime*:

“Uma vez arrombada a porta do antigo poder de soberania aparece a ruptura da aliança entre classe populares e classes burguesas, já que o interesse político das primeiras consistia na manutenção de uma conjunção entre reorganização do Estado e desenvolvimento dos equipamentos coletivos, entre felicidade e revolução, ao passo que o interesse das classes burguesas era evidentemente sua dissociação; único meio da manter suas posições adquiridas e a margem de manobra necessária à economia liberal.”(Donzelot, 1986, p.55)

Neste ambiente, marcado pelas *rupturas de alianças* e pelas expectativas difusas das diferentes classes sociais acerca da nova ordem política, o Estado lança mão da filantropia enquanto estratégia de pacificação das demandas sociais. Segundo o autor, a filantropia representou uma estratégia equidistante entre as esferas privadas e o Estado, drenando a pressão política das classes populares sobre o poder público:

---

devassidão, bebedeira, adultério, sodomia etc, ou que eram consideradas perigosas, como os tidos como feiticeiros e os religiosos dissidentes, e também operários ou aprendizes cujo trabalho não satisfazia os patrões.

<sup>20</sup> “O Nascimento da Medicina Social” in *Microfísica do Poder* (Foucault, 1986, p.80).

“Se considerarmos os núcleos em torno dos quais se organizará a atividade filantrópica do século XIX constataremos que todos eles se caracterizam pela busca de uma distância calculada entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população.”(Donzelot, 1986, p.56)

Segundo Donzelot, foi sobre a égide da filantropia que as primeiras ações assistenciais do Estado liberal se efetivaram. Com isso, instituições destinadas à assistência e formação das crianças foram encorajadas a assumir o encargo dos *menores delinqüentes*, numa clara medida de repassar as ações assistenciais do Estado para a filantropia privada, fornecendo para tal todo o suporte de normativas legais que se fizesse necessário<sup>21</sup>.

Dentre as dimensões presentes neste complexo cenário político, nos deteremos em duas: (1) a distinção das estratégias assistenciais para as diferentes classes sociais e (2) a função regulatória da medicina higienista. A importância desses dois aspectos está na potência política de seus vetores e no caráter complementar, e indissociável, de suas aplicações sobre as estruturas familiares<sup>22</sup>.

A estratégia de ação no campo social por parte do Estado, nos séculos XVIII e XIX na Europa, tinha duas características marcantes: os valores morais da burguesia enquanto princípio e os mecanismos de normalização como método (Machado 1978, Birman 1978, Foucault 1986). A aplicação do método, no entanto, trazia na sua base uma distinção clara de classes sociais. De um lado, um mecanismo de intervenção destinado às classes burguesas, caracterizado por um dispositivo de negociação de entrada no *habitat* doméstico-familiar, que irá se valer de abordagens sutis, transmitindo um respeito à integridade - pelo menos em tese - da autonomia da família e de seus membros. Algo que irá se processar pela lógica do *contrato*<sup>23</sup>. Essa

---

<sup>21</sup> Donzelot cita a *Lei de 1889* que possibilita a perda do pátrio poder. Essa medida atende a reivindicação de associações filantrópicas que se viam impedidas de ter acesso às famílias.

<sup>22</sup> O caráter indissociável das estratégias assistências e da função reguladora da medicina higienista é apontado por Rizzini (1997) ao referir-se, no contexto da primeira república brasileira, ao *aparato médico-jurídico-assistencial*.

<sup>23</sup> Na acepção jurídica, o termo contrato é definido como uma convenção ou acordo de vontades para a criação de uma obrigação de dar ou fazer (Castán Tobenas, 1931 apud. Dicionário de Ciências Sociais, 1987). Na acepção jurídico-política, a teoria do contrato tem origens na filosofia grega (Roberts, 1972), sendo encontrada em quase todos os grandes teóricos políticos, especialmente em T.Hobbes e J.

lógica contratual, na busca pela adequação às novas regras do Estado liberal e dos direitos universais da cidadania, tentava se afastar do caráter repressivo e autoritário do *Antigo Regime*, e por isso, trazia a estratégia de normalização do tecido social por meio de uma relação de convencimento e *sedução*. (Donzelot,1986).

Em relação às famílias pobres, verifica-se a montagem de uma outra abordagem, algo que tinha como objetivo o urgente controle das classes pobres da sociedade, sobretudo as urbanas, que se configurava como uma grave ameaça à ordem social<sup>24</sup>. O declínio da autoridade patriarcal fez com que esta fosse substituída por uma intervenção estatal sob a lógica de um regime *tutelar*. Assim, partindo do referencial comum da moralidade burguesa e da normatização de um *ethos* civilizatório, **enquanto as famílias burguesas dialogaram diretamente com as estratégias de Estado através da lógica do contrato, dentro dos mecanismos da sedução e do convencimento, as famílias pobres se relacionaram com a filantropia privada, esta apoiada pelo complexo tutelar do poder estatal, dentro dos mecanismos da repressão e da higiene.** Esta estratégia de intervenção junto aos segmentos populares, no entanto, não foi uma criação do século XIX.

A perspectiva de organização do espaço social, a partir do controle e da regulação da população, já estava presente na Europa desde a segunda metade do século XVII, quando foram instituídos os *hospitais gerais*<sup>25</sup>. Foucault, na obra *História da Loucura na Idade Clássica* (2002), demonstra que estes locais instituíram-se como destino de todos aqueles que estavam de fora de uma certa disciplina de conduta, mas que traziam a pobreza com insígnia principal:

“...de todos os sexos, lugares e idades, de qualquer qualidade de nascimento, e seja qual for sua condição, válidos ou inválidos, doentes ou convalescentes, curáveis ou incuráveis”(Foucault,2002, p.49)

---

Locke, enquanto recurso de restrição das vontades individuais em prol da ordem coletiva. No entanto, é em J.J.Rousseau que a doutrina do contrato social encontra o enquadre singular de princípio legitimador de toda sociedade (Miranda et al.- coord, 1987)

<sup>24</sup> Com o processo de industrialização da produção e a conseqüente concentração populacional nos grandes centros, a necessidade de ordenamento do espaço urbano aparece como questão urgente para os governantes europeus, a partir do século XIX, e na América Latina no século XX. Ver Velho (1976) e Rizzini (1997), principalmente o capítulo I.

<sup>25</sup> A fundação do primeiro Hospital Geral de Paris se deu por um decreto de 1656 (Foucault,2002).

A referência do processo de internamento à instituição hospitalar, em nada se relaciona com a concepção moderna do espaço dedicado à prática da medicina, o que vai acontecer somente no final do século XVIII<sup>26</sup>. A referência à instituição hospitalar deu-se por duas razões. A primeira refere-se aos espaços físicos, herdados dos antigos leprosários medievais<sup>27</sup>, e a segunda, aponta para a missão institucional - a cura - não das doenças do corpo, mas das “misérias humanas”:

“É sabido que o século XVII criou vastas casas de internamento; não é muito sabido que mais de um habitante em cada cem de Paris viu-se fechado numa delas, por alguns meses. É bem sabido que o poder absoluto fez uso das cartas régias e de medidas de prisão arbitrárias; é menos sabido qual a consciência jurídica que poderia animar essas práticas.”(Foucault, 2002, p.48)

Desta forma, a intenção da monarquia de ordenar o caótico espaço urbano - ameaça permanente de rebeliões - associada ao vazio assistencial deixado pela lepra nas instituições caritativas da Igreja Católica encontra, no internamento dos “indesejáveis”, uma medida que conjugava controle e assistência. Um terceiro elemento, de ordem econômica, também atua nessa conjugação: a nascente burguesia mercantil. A participação dos representantes da burguesia nas estratégias políticas de controle social é, segundo Foucault, uma criação do século XVII. Esta participação, que encontra respaldo teológico no pensamento calvinista, insere dimensões ideológicas até então inéditas nas ações da monarquia e da Igreja. As concepções morais da *preguiça* enquanto fonte de todos os vícios, e do *trabalho* como caminho para a regeneração das almas, oferecem um suporte discursivo, religioso e sócio-econômico à construção do que Foucault chamou de a *grande internação*.

No que se refere ao tema da infância, é válido ressaltar que na extensa descrição histórica do processo de internação do século XVII, Foucault não faz referências específicas à institucionalização de crianças. Além das limitações inerentes a qualquer estudo historiográfico, poder-se-ia tirar como hipótese que a organização nuclear das famílias do *Antigo Regime*, bem como a aliança de poder

<sup>26</sup> Sobre o processo de apropriação da instituição hospitalar pelo saber médico, ver Foucault (1986).

<sup>27</sup> Foucault(2002) afirma que, no século XIII, havia, na França, algo em torno de 2000 leprosários.

entre a monarquia e a autoridade patriarcal, como descreve Donzelot, instituía uma barreira ao internamento indiscriminado da infância. Por outro lado, a compreensão do controle social exercido pela *grande internação* do século XVII permite entender os antecedentes históricos da institucionalização das crianças pobres, já que demonstra que a era *renascentista* tanto produziu uma mudança de sentimentos sociais em relação à infância, como afirma Ariès, como criou o internamento enquanto modelo de intervenção institucional voltado às classes marginalizadas. Deste modo, já no século XVII, estavam esboçadas, ainda em trajetórias paralelas, as linhas constituintes da estratégia político-assistencial da institucionalização da *infância desvalida*.

Retornando ao século XIX, ainda segundo Donzelot, as ações do Estado em relação à infância são caracterizadas por uma importante distinção entre as medidas destinadas aos filhos das famílias ricas e aquelas aplicadas aos *menores abandonados*. Em relação as primeiras, identifica-se que as críticas são dirigidas aos pais, sobretudo por conta da entrega dos cuidados parentais às amas-de-leite (“nutrizes”) e, conseqüentemente, pelos maus hábitos que poderiam ser transmitidos através da amamentação.

No caso dos *menores abandonados*, as denúncias são dirigidas à precariedade da assistência prestada nas instituições públicas. Essa crítica visava revelar o prejuízo para o Estado provocado pelos altos índices de mortalidade nas instituições, impedindo desta forma o retorno do investimento estatal. Donzelot denominou essa lógica de *economia social*:

“...como seria oportuno, não obstante, salvaguardar os bastardos, a fim de destiná-los à tarefas nacionais, como a colonização, a milícia, a marinha, tarefa para as quais eles estariam perfeitamente adaptados pelo fato de não possuírem vínculos de obrigações familiares.”(Donzelot, 1986, p.16)

Não se pode compreender, portanto, as estratégias de governo voltadas às crianças pobres sem conectá-las às aspirações de legitimação política e controle social presentes nas ações dos Estados Nacionais. Neste sentido, a distinção das críticas voltadas para o cuidado das crianças ricas e para a assistência aos *menores*

*abandonados*, na passagem do século XVIII para o século XIX, não está apenas no seu *locus*, seja em relação às nutrizes ou aos *hospícios de menores*, mas na estratégia que orienta as críticas e as intervenções do poder médico-assistencial:

“Na extremidade mais pobre do corpo social, o que é denunciado é a irracionalidade da administração dos hospícios, o pouco benefício que o Estado retira da criação de uma população que só excepcionalmente chega a uma idade onde pode reembolsar os gastos que provocou. Trata-se, neste caso, da ausência de uma **economia social**. Na extremidade mais rica, a crítica se dirige à organização do corpo com vistas a um uso estritamente perdulário, através do refinamento de procedimentos que fazem dele um puro princípio de prazer. Temos, neste caso, a ausência de uma **economia do corpo**”<sup>28</sup>. (Donzelot, 1986, p.18)

No que diz respeito às intervenções médicas visando à *economia do corpo*, são produzidas diversas tecnologias médico-higienistas voltadas à higiene física e moral do corpo. A análise das categorias da intervenção higienista, bem como o contexto sócio-político de sua gênese, já foram desenvolvidas no âmbito da medicina social por Machado (1978) e Costa (2004), nos efeitos sobre a tradição familiar colonial por Freyre (1990) e nas práticas dos institutos educacionais por Gondra (2004).

Acerca da categorização de estratégias distintas, *economia social* e *economia do corpo*, proposta por Donzelot, pode-se verificar dois pontos importantes para o desenho do processo histórico do modelo assistencial pautado nas grandes instituições totais. O primeiro refere-se à historicidade das críticas às instituições, ou seja, a “irracionalidade da administração dos hospícios” já aparece, em registros, na Europa do século XVIII. A segunda refere-se à capacidade do modelo de instituição total em reunir, em determinados aspectos, as dimensões estratégicas tanto da *economia do corpo* quanto da *economia social*. Ou seja, a adoção do modelo

---

<sup>28</sup> Observar-se que Donzelot ressalta o caráter econômico das ações do Estado, incluindo critérios como custo, reembolso e retorno do investimento, parâmetros que passam a ser incluídos pela ascensão de uma racionalidade de mercado. Esta forma de analisar o social, diferente do personalismo monárquico e das práticas eclesíásticas caritativas do *Antigo Regime*, é tributária do primeiro momento da revolução industrial em curso na Europa. É importante perceber como essa racionalidade penetra no campo discursivo e, com isso, passa a nortear e a redefinir as prioridades assistências do Estado.

totalitário, no primeiro momento, aparece tanto nas instituições voltadas aos *menores abandonados*, como nas escolas destinadas aos filhos das elites.

Seguindo a trilha das perspectivas que orientaram as ações direcionadas à infância na Europa, a partir da ascensão dos Estados Nacionais, observa-se que o processo de construção das políticas assistenciais no Brasil caracteriza-se por dimensões semelhantes às identificadas por Donzelot: um aparato médico-assistencial a serviço de um mandato político de ordenação social.

A aplicação transversal desse modelo, que é encontrada no Brasil a partir do século XIX, foi possível, principalmente, sob as alegações de que se fazia mister o isolamento da criança dos vícios e paixões que a vida urbana poderia despertar (Gondra, 2004), e que o espaço doméstico tornava-se prejudicial ao desenvolvimento dos filhos:

“Reduzida à condição de fator patogênico, a família encontrava-se, enfim, preparada para sofrer a intervenção médica. Intervenção que revelava os segredos da vida e da saúde infantis, ao mesmo tempo em que prescrevia a boa norma do comportamento familiar dos adultos. Na família higiênica, pais e filhos vão aprender a conservar a vida para poder colocá-la à serviço da nação.”(Costa, 2004, p.173)

As alegações a respeito do caráter nocivo do ambiente doméstico-familiar, as más influências do estilo de vida urbano e a necessidade do isolamento para o pleno aproveitamento do processo educativo representaram os três grandes pilares para as ações higienistas no Brasil voltadas à *conservação da infância*, a partir do século XIX.

No que diz respeito às propostas de assistência à infância, baseados nos saberes higienistas, fica claro a potência do modelo institucional totalitário como o *locus* que reúne as estratégias da *economia do corpo*, na qual fabrica o espaço possível para a plena efetivação das recomendações higienistas, e os objetivos da *economia social*, na medida em que busca transmitir o ideal de serviço à *nação*.

Segundo Rizzini (2004), o “Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares”. Essa tradição, que até a primeira metade do século XX, contemplava tanto os filhos das famílias ricas quanto os filhos das

classes populares, valorizou a idéia da educação de crianças por terceiros e a utilização das tecnologias institucionais.

Embora não haja um levantamento estatístico sobre crianças institucionalizadas<sup>29</sup>, verifica-se historicamente, durante o século XX no Brasil, a montagem de um grande complexo institucional para abrigar os filhos das famílias pobres. Essas instituições, chamadas de “internatos” ou “orfanatos” funcionaram, até o final da década de 1980 em regime de atenção total, embora a maioria das crianças tivesse famílias conhecidas.

O processo de implantação das instituições totais para a assistência à infância no Brasil possui algumas particularidades, além dos aspectos relacionados à *economia do corpo* e à *economia social*, apontados por Donzelot: a principal delas refere-se ao sentido implícito de proteção da sociedade em relação à periculosidade inerente às crianças pobres (Rizzini,1997). De forma ambígua, este sentido se apresenta também como a necessidade de proteger a *infância desvalida*.

Por essa razão, segundo Irene Rizzini, a causa da “salvação da criança”, no Brasil, une em compromisso a tradicional estrutura agrária de poder e os novos grupos, embalados pelos ideais republicanos e pelo modelo civilizatório europeu. Dessa forma, a elite letrada, que dominava a arena política à época, tinha diante de si uma opção a fazer: promover a educação (para “civilizar”), sem, no entanto, abrir mão dos privilégios “herdados”<sup>30</sup>. O paradoxo estava em fazer a “instrução” do povo, capacitando-o para o trabalho, mas mantendo-o, ao mesmo tempo, sob vigilância e estrito controle como uma necessidade política de preservar a ordem pública.

A partir deste pacto, de interesses e necessidades, estabelece-se um projeto, que é essencialmente político, **de proteger a infância como forma de defesa da própria sociedade:**

---

<sup>29</sup> A pesquisa “O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil” – IPEA/2003, identificou 19.373 crianças e adolescentes abrigados em 589 instituições. Fizeram parte desse levantamento apenas as instituições conveniadas ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Rede SAC).

<sup>30</sup> Os trabalhos historiográficos brasileiros identificam a força do caráter aristocrático na cultura política brasileira. Sobre este tema, ver Carvalho (1990, 1991).

“O discurso apresenta-se, com freqüência, ambíguo, onde a criança deve ser protegida, mas também contida, a fim de que não cause danos à sociedade. Esta ambigüidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação com uma certa percepção de infância, claramente expressa nos documentos da época-**ora em perigo, ora perigosa**. Tais representações não por acaso estavam associadas a determinados estratos sociais, sendo a periculosidade invariavelmente atrelada à infância das classes populares” (Rizzini 1997, p.34- grifo nosso):

Desta forma, verifica-se que a ambigüidade das políticas assistenciais voltadas à infância, no início do período republicano brasileiro, identificada por Rizzini(1997), retoma, guardadas as particularidades, as características do processo de legitimação do Estado liberal francês, descrito por Donzelot: fazer valer os princípios progressistas da ordem liberal sem, no entanto, abrir mão da dimensão de controle sobre as classes populares.

O projeto político de proteger a infância, e se proteger dela, revela a dimensão da periculosidade atribuída à criança pobre, seja por razões científicas de inspiração evolucionista (efeitos do *darwinismo social*<sup>31</sup> e da teoria eugênica de Francis Galton<sup>32</sup>), seja pelo convívio com a *desordem urbana* e com a *viciosidade da pobreza*. Neste sentido, o modelo da instituição total materializa a missão saneadora da moral higienista (*economia do corpo*), torna possível a aplicação do *trabalho regenerador* a serviço da nação (*economia social*) e protege a sociedade da *pobreza perigosa*.

A experiência brasileira no que diz respeito à assistência a infância tem na construção da proposta institucional totalitária um modelo que se tornaria

---

<sup>31</sup> Segundo Schwarcz(2007), o *darwinismo social* ou “teoria das raças” foi uma corrente de cunho determinista respaldado no modelo biológico que não acreditava na transmissão de caracteres adquiridos. Baseava-se em três proposições básicas: (1) pluralidade de raças humanas com “a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno”, (2) a divisão entre as culturas corresponde a uma divisão das raças e (3) preponderância da matriz “racio-cultural” no comportamento do sujeito e hostil à idéia do arbítrio do indivíduo.

<sup>32</sup> O termo eugenia- *eu*:boa; *genus*:geração foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton. Considerada uma espécie de prática avançada do *darwinismo social*, a eugenia tinha por objetivo intervir na reprodução das populações. “Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir do anos de 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de ‘nascimentos desejáveis e controlados’; **enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e - talvez o mais importante- desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade.**”(Schwarcz,2007, p.60-grifo nosso).

hegemônico. Apesar de a institucionalização aparecer, desde os idos de 1900, como o último recurso a ser utilizado pelos dispositivos jurídicos, houve a construção de um fluxo contínuo e resistente de institucionalização de crianças, o que constituiu no Brasil uma verdadeira “cultura da institucionalização” (Pilotti & Rizzini, 1995). Com o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8069/1990), a prática da internação discriminada foi coibida, mas o processo de transformação cultural, que historicamente é mais lento que os decretos legislativos, ainda não se deu totalmente, em boa parte, porque as demandas que justificaram a montagem dessa “maquinaria institucional” não foram totalmente enfrentadas pelas políticas públicas.

A partir do que foi considerado na análise dos antecedentes históricos das políticas de assistência social voltadas à infância, sobretudo acerca das estratégias de intervenção sobre as crianças pobres, poderíamos supor que a institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência seria uma pequena derivação deste processo, ou seja, um percurso que, salvo algumas particularidades, seguiu os eixos que caracterizaram as iniciativas estatais voltadas à infância. Não há dúvida de que os elementos sócio-políticos descritos estão presentes nas diversas discussões onde emerge a temática das políticas voltadas à infância pobre e, por esta razão, há um campo de convergências.

No entanto, a institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência porta dimensões específicas. Estas especificidades acrescentam outros sentidos ao contexto das instituições totais voltadas à infância com deficiência, sobretudo no que se refere à sua interface com a história da psiquiatria. A psiquiatrização da criança com deficiência incluiu uma nova série de sentidos e conseqüências, onde a longa permanência institucional desta população passa a convergir com o processo de asilamento que marcou a história da psiquiatria. Deste modo, da mesma forma em que segue o caminho das políticas de assistência social voltadas à *infância desvalida*, o percurso histórico da institucionalização das crianças e adolescentes com deficiência sobrepõe, em uma série de pontos, a trajetória manicomial do modelo psiquiátrico do século XIX. Neste sentido, veremos que a compreensão do enquadre assistencial da institucionalização da infância com deficiência localiza-se na

interseção entre as ações destinadas à infância *desvalida* e àquelas implementadas pela psiquiatria do século XIX.